

RESENHA

A reformulação da marxologia: presença e influência de uma obra fundamental

CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 253 p.

*Leonardo Gomes de Deus**

Finalmente é publicada como livro autônomo uma das obras mais importantes da marxologia no Brasil, editada originalmente como posfácio ao livro *Pensando com Marx*, de 1995. Além de haver chamado a atenção para obras marxianas até então pouco ou nada estudadas, a obra em resenha encerra uma gama de temas que se tornaram amplamente discutidos ao longo destes 15 anos, muitos deles hoje considerados lugares-comuns, talvez como forma de diminuir a originalidade do texto de 1995 – ele mesmo produto de quase três décadas de esforço de pesquisa, trazida a lume em dois livros e vários artigos reeditados nesta última década. Muitos estudos monográficos, teses e traduções foram realizados sob influência do livro, ampliando e, sobretudo, aprofundando seu escopo original. Com efeito, o próprio autor, em seu último curso no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG, tratou de colher opiniões e ponderações dos alunos para a nova edição que planejava e que somente agora se publica. Dizia, na ocasião, que se tratava de uma obra que sempre revisaria e ampliaria. Tinha consciência, portanto, da abertura do texto, de seu caráter muitas vezes indicativo, a necessitar de argumentação mais ampla em alguns casos, o que nem sempre era possível no texto original.

A partir das conclusões a que chegou, Chasin defendeu de modo ainda mais contundente uma volta a Marx e o reexame crítico de seus textos, tarefa realizável apenas pelo trabalho conjunto de vários pesquisadores, algo que sempre buscou incentivar. Afirmava que é fundamental, em nosso tempo, “reproduzir pelo interior

* Graduado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em filosofia e doutorando em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

mesmo da reflexão marxiana o trançado determinativo de seus escritos, ao modo como o próprio autor os concebeu e expressou” (Chasin, 2009, p. 25), como forma de se contrapor às leituras e às interpretações arbitrárias do texto marxiano, as denominadas “hermenêuticas da imputação”.

Dividido em cinco capítulos, ao mesmo tempo em que estrutura sua argumentação, o autor polemiza com interpretações e noções longamente estabelecidas durante o século XX, desde o marxismo vulgar até as elaborações mais sofisticadas. De fato, já na abertura do texto, estabelece seu objetivo polêmico, ao combater o dogma leninista das “três fontes” do pensamento marxiano. Ao tomar essa formulação como ponto de partida, Chasin busca explicitar não apenas o absurdo da tese, mas, sobretudo, determinar a natureza, especificidade e originalidade do pensamento marxiano, o que é negado ou obscurecido pela formulação de Lenin. A contraposição chasiniana, portanto, não é mera crítica a uma interpretação, mas a afirmação original de uma gênese da obra marxiana baseada em textos pouco explorados, notadamente a *Crítica da filosofia do direito de Hegel* e os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Ao evidenciar a instauração do pensamento marxiano propriamente dito no período que vai de 1843 a 1844, que parte da crítica a Hegel até atingir a crítica da economia política, Chasin determina que ele não poderia ser lido como apropriação e amálgama de três fontes de pensamento tão heterogêneas, mas sim como instauração original, justamente de feitiço crítico a essas formulações.

Por isso, Chasin situa no referido período a instauração do pensamento propriamente marxiano, detectando ali os elementos de conformação de uma ontologia de talhe estatutário, o “estatuto ontológico”, que marcaria as três críticas ontológicas de seu pensamento, à politicidade, à especulação e à economia política, desenvolvidas ao longo de sua trajetória intelectual. Ou seja, o pensamento de Marx se formou precisamente em contraposição às chamadas “três fontes”. As duas primeiras críticas foram delineadas de modo contundente já nos escritos de 1843 e 1844. Nas obras dessa época, marcadas pela leitura de Feuerbach, Marx formulou sua própria crítica da especulação e em particular do pensamento hegeliano. Trata-se de denunciar as formações ideais de seu tempo que partiam da lógica abstrata para explicar a lógica do ser, dito de outro modo, para elas, as coisas seriam subsumidas às categorias da lógica e não explicitadas em sua lógica específica. Ao criticar a inversão que a especulação promovia na análise das coisas, Marx acabou por encontrar a própria inversão da filosofia política e do pensamento político em geral, que partia da lógica política para explicar a sociedade, o metabolismo das relações sociais. Foi a partir de 1843, segundo Chasin, que se deu essa modificação no pensamento do próprio Marx:

em contraste com a concepção do estado como demiurgo racional da sociabilidade, isto é, da universalidade humana, que transpassa a tese doutoral e os artigos da *Gazeta Renana*, irrompe e domina agora, para não mais ceder lugar, a “sociedade civil” – o campo da interatividade contraditória dos agentes privados, a esfera do *metabolismo social* – como demiurgo real que alinha o estado e as relações jurídicas (Chasin, 2009, pp. 58-9).

A partir daí, o pensamento marxiano se posicionava no âmbito da “determinação ontonegativa da politicidade”, que capta o fenômeno político e jurídico como predicado inessencial da vida social.

De fato, trata-se de virada de cunho ontológico, marcante em todo o pensamento marxiano a partir de então, com raízes profundas na própria articulação que o anima. Não se trata de instauração meramente científica ou lógica, mas atende ao caráter mais amplo da reflexão, como Chasin trata de explicitar:

Essa reflexibilidade fundante do mundo sobre a ideação promove a crítica de natureza ontológica, organiza a subjetividade teórica e assim faculta operar respaldado em critérios objetivos de verdade, uma vez que, sob tal influxo da objetividade, o *ser* é chamado a parametrar o *conbever*; ou, dito a partir do sujeito: sob a consistente modalidade do rigor ontológico, a consciência ativa procura exercer os atos cognitivos da deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos, às *coisas* reais e ideais da mundaneidade. É o trânsito da especulação à reflexão, a transmigração do âmbito rarefeito e adstringente, porque genérico, de uma razão tautológica, pois autossustentada (...) para a potência múltipla de uma racionalidade flexionante (Chasin, 2009, p. 59).

Engendrada imediatamente em conjunto com a crítica da política, a crítica da especulação não é mero rearranjo metodológico, não se resume a uma crítica técnica ou gnosiológica. Trata-se, antes, de rejeição do próprio fundamento do procedimento hegeliano, qual seja: “a *ideia* como origem ou princípio de entificação do multiverso sensível”, o que implica um novo patamar crítico, a crítica ontológica, “em que a tematização, isto é, a reprodução ideal das *coisas* é procedida a partir delas próprias, da malha ou do aglutinado de seus nexos constitutivos, processo analítico pelo qual são desvendadas e determinadas em sua gênese e necessidades próprias” (Chasin, 2009, p. 74).

Chasin demonstra, finalmente, que esse procedimento é o princípio orientador da crítica da economia política, quando Marx desvenda a lógica do objeto específico para, então, promover a crítica dessa formação ideal. Em verdade, no que se refere à terceira crítica, ela acabou por ser potencializada pelas duas que a precederam. Nesse momento do livro, Chasin busca nos textos da década de 1840, especialmente os *Manuscritos de 1844* e *A ideologia alemã*, as origens e princípios norteadores da crítica que se conformaria nas décadas seguintes. Com isso, supera-se a pedestre divisão entre as obras filosóficas e econômicas, que, por sua vez, sempre levou à arbitraria divisão

entre filosofia e ciência em Marx. Para Chasin, da articulação das três críticas resulta “o teor e o caráter do novo patamar de inteligibilidade proporcionado pela síntese filosófico-científica engendrada pela reflexão marxiana” (Chasin, 2009, p. 74). Ele recorre a Lukács para explicitar como os passos analíticos de 1843 e 1844 pertencem a um itinerário orientado que tem como resultado e objetivo a busca da anatomia da sociedade civil. Para tanto, Marx eleva ontocriticamente as categorias da economia política à esfera filosófica e as obras de 1843 e 1844, bem como *A ideologia alemã*, servirão de base para toda a pesquisa que empreenderá nos anos seguintes. Para Chasin, porém, este momento não contradiz, supera ou desconsidera a trajetória que o precede. A crítica da economia política supõe e exige a posição previamente estabelecida, uma vez que “a crítica ontológica da economia política, em busca da ‘anatomia da sociedade civil’, leva à raiz, que impulsiona pelo nexo intrincado das coisas, materialmente, à analítica da *totalidade*” (Chasin, 2009, p. 77).

Não se trata, por isso, de mera crítica de uma dada formação ideal, mas antes do reconhecimento da complexidade do ser social, “do complexo da individualidade ao complexo de complexos da universalidade social”, ou seja, a crítica da economia política não se restringe a uma posição de crítica e descarte, mas supõe a tematização das categorias da própria produção da vida humana (Chasin, 2009, p. 77). Assim, a obra em análise consegue rearticular de forma inédita as obras do “jovem Marx” com a crítica da economia política posterior. Chasin é eloquente a respeito: “Em suma, posta em andamento, a crítica ontológica da economia política, ao contrário de reduzir ou unilateralizar, induz e promove a universalização, estendendo o âmbito da análise desde a raiz ao todo da mundaneidade, natural e social, incorporando toda gama de objetos e relações” (Chasin, 2009, p. 77).

Uma vez determinada a natureza do pensamento de Marx, nos capítulos seguintes, Chasin examina outra questão fundamental, a “resolução metodológica” desse pensamento, iniciando com a conhecida provocação de que não existe, a rigor, uma “questão de método” em Marx. Em outras palavras, todas as questões de método e, em geral, todo problema gnosiológico é resolvido, marxianamente, no campo ontológico. Por isso, a ausência de um tratamento sistemático por Marx do “problema do conhecimento” e de sua fundamentação não representa, para Chasin, uma ausência ou lacuna, mas, antes, o sintoma de um tratamento completamente original e peculiar. Chasin desenvolve a questão em torno de quatro tópicos fundamentais, a saber, a fundamentação ontoprática do conhecimento; a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto; a teoria das abstrações; a lógica da concreção.

Para desenvolver o primeiro tópico, Chasin utiliza, em larga medida, os *Manuscritos de 1844* e *A ideologia alemã*, além das *Teses Ad Feuerbach*, analisando-os sob novo prisma e insurgindo-se contra as leituras gnosiológicas desses textos, o primeiro visto, na maioria das vezes, como “antropologia feuerbachiana”, os demais como síntese do materialismo histórico-dialético. Sendo impossível acompanhar a riqueza do argumento, cabe citar a seguinte passagem, a propósito das *Teses Ad Feuerbach*:

Ou seja, a determinação do que *é* antecede a admissão e o tratamento de temas gnosiopistêmicos. Ao contrário de qualquer abordagem sob critério gnosiológico, em que um pré-discurso nesse diapasão pretende fundamentar o discurso propriamente dito a respeito do objeto, no pensamento marxiano o tratamento ontológico dos objetos, sujeito incluso, não só é imediato e independente, como autoriza e fundamenta o exame da problemática do conhecimento. (Chasin, 2009, p. 101)

Assim, a primeira tese não diz respeito a uma crítica epistêmica do materialismo antigo, que é criticado por Marx porque “ignora por completo a qualidade da objetividade social, isto é, sua *energeia*, sua atualização pela *atividade sensível dos homens* ou, simplesmente, desconhece sua *forma subjetiva*” (Chasin, 2009, p. 101). O materialismo, inclusive o de Feuerbach, não compreende o trânsito entre objetividade e subjetividade e desconhece a centralidade da atividade sensível, da prática, enquanto o idealismo a concebe apenas como atividade abstrata. Para Marx, a efetividade social consiste em dar forma humana às coisas e essa efetivação só pode ocorrer porque o efetivador possui as coisas idealmente, ou seja, há aqui a “afirmação conjunta, enriquecida pela especificação do atributo dinâmico de cada uma delas, da subjetividade como *atividade ideal* e da objetividade como *atividade real*, enquanto momentos típicos e necessários do *ser social*, cuja potência se expressa pela síntese delas, enquanto construtor de si e de seu mundo” (Chasin, 2009, p. 98). Estes, os dois momentos indissociáveis da prática e da efetivação humana. O homem é o ser prático, que se efetiva e, por isso, é capaz de idealização. O conhecimento, portanto, não se confirma a partir de qualquer pressuposto *a priori*, mas somente na prática pode comprovar sua verdade. Razão pela qual somente na segunda tese Marx trata da questão do conhecimento.

Esse aspecto do pensamento marxiano implica imediatamente o que Chasin denomina “determinação social do pensamento”, aspecto também mal compreendido, quase sempre identificado às limitações sociais que impedem o verdadeiro saber, ou seja, à ideologia em seu sentido mais vulgar. Uma vez mais se referindo aos *Manuscritos de 1844* e à *A ideologia alemã*, Chasin repõe o debate em seus termos adequados, marxianamente falando: conhecimento, saber, teorias, visões de mundo são predicados do homem como ser social, são, eles mesmos, atividade social. Predicado

da individualidade genérica, só se confirma e comprova como atividade socialmente engendrada. Como afirma, “verdadeiras ou falsas, as representações dos indivíduos, os únicos dotados de capacidade espiritual, brotam sempre do terreno comum do intercâmbio social” (Chasin, 2009, p. 107).

Dadas essas questões, resta a Chasin avaliar como, para Marx, poderia atuar o sujeito cientificamente interessado, em especial o cientista social, que não dispõe de microscópio ou reagentes químicos. De acordo com Marx, no “Prefácio” de *O capital*, a “força de abstração deve substituir ambos”. Este é o ponto de partida da tematização de Chasin, para quem “as observações marxianas relativas à atividade operacional da *força de abstração* [*Abstraktionskraft*, no original] nunca foram objeto de abordagem integrada, ou seja, jamais foram tomadas como elementos de uma teoria própria, e como tais nem mesmo apareceram em simples referências” (Chasin, 2009, p. 122). Consciente do caráter preliminar de sua formulação, Chasin aponta apenas aos pontos mais relevantes da questão, analisando de modo inovador a “Introdução” de 1857. Parte da constatação de que a *força de abstração* é força essencial do homem, modo peculiar de apropriação do objeto. Marxianamente, essa apropriação implica que as abstrações devem ser “representações gerais *extraídas do mundo real*” (Chasin, 2009, p. 123). Tanto a abstração quanto o próprio objeto são determinados socialmente, as abstrações, por isso, são historicamente construídas. Esse caráter onto-histórico das abstrações é que confere sua razoabilidade, isto é, as abstrações são razoáveis se retêm aspectos reais, se extraem algo geral das formações concretas, se captam a lógica categorial específica das coisas, isolando um determinado aspecto no complexo real em que estão imersas. A elaboração teórica rigorosa, por isso, empreende uma depuração das abstrações até que, da representação de um todo caótico, possa-se chegar à análise de seus elementos isoladamente, às “abstrações isoladoras”, assim chamadas por Lukács. Em seguida, afirma Chasin, sempre com base na “Introdução” de 1857, há que fazer o caminho de volta, reconstruindo a totalidade em suas múltiplas determinações, compreendendo, portanto, o concreto em sua plenitude categorial.

Cabe dizer que, em seus cursos de ontologia, Chasin sempre ressaltava essa característica fundamental do ser social, de ser plenitude categorial. E a compreensão dessa plenitude somente alcança sucesso quando se edificam “concretos de pensamento” lastreados na evolução e complexidade categorial do concreto real. Uma abstração, por isso, será razoável apenas se reproduzir o concreto segundo sua própria lógica e se for ontologicamente articulada às demais abstrações. Chasin cita uma passagem da “Introdução” de 1857 para explicitar que as categorias econômicas não devem ser reconstruídas logicamente, apenas historicamente, em sua suces-

são, mas em sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa, o que o leva a concluir que “As abstrações razoáveis e delimitadas, na reprodução do concreto como um todo do cérebro pensante, são articuladas segundo a lógica imanente aos nexos do próprio complexo examinado” (Chasin, 2009, p. 133). E conclui o capítulo reiterando, em primeiro lugar, a diferença do pensamento marxiano em relação a qualquer empirismo e, sobretudo, descartando a ausência de um método *a priori*, ou seja, somente detectada a ontologia estatutária de Marx é possível pensar um procedimento cognitivo consequente.

No quarto capítulo do livro, Chasin faz uma leitura de Lukács centrada na questão das abstrações razoáveis, efetuando verdadeiro acerto de contas com questões que havia desenvolvido durante as décadas anteriores ao texto. Tendo sido o principal estudioso e divulgador da obra lukacsiana entre nós, causou estranheza a muitos que fosse desenvolvida uma longa crítica a Lukács. Ocorre que, a despeito de toda a importância deste autor na compreensão de pontos cruciais da obra marxiana, segundo Chasin, ele foi tributário de toda uma tradição filosófica e, em muitos casos, acabou por interpretar o pensamento marxiano a partir de Hegel, como na questão do conhecimento. De fato, na *Introdução a uma estética marxista*, em que tratou da categoria da particularidade como centro da atividade estética, Lukács acabou por se prender à dialética de universal, particular e singular, sem dar o passo seguinte, de conferir à particularização a centralidade do método científico, isto é, da teoria das abstrações, na qual, segundo Chasin, a particularização se manifesta em toda sua significação.

Sem negar importância às obras posteriores, notadamente a *Ontologia do ser social* e seus *Prolegômenos*, Chasin conclui o capítulo com a constatação de que, nessas obras, não foi igualmente tratado de modo marxiano o problema do conhecimento, reiterando, uma vez mais, que a identificação do caráter ontológico do pensamento marxiano não foi levada às últimas consequências por Lukács.

No capítulo final, Chasin faz uma síntese e uma fundamentação de tudo que sustentou ao longo do livro, analisando outras obras marxianas, como a *Contribuição à crítica da economia política* e a *Miséria da filosofia*, além de *O capital*, desta feita com mais detalhe. Em todas elas, evidencia constantemente o mesmo procedimento, tal qual descrito na teoria das abstrações. Arremata sua argumentação com as *Glosas marginais ao tratado de economia política de Adolf Wagner*, em que Marx ressalta plenamente sua posição, quando afirma que os economistas alemães não partem da “coisa social”, a mercadoria, mas do “conceito de valor”. O ponto de partida são as coisas, não como se encontram na mente do cientista, mas como são realmente. As categorias estão, primeiramente, nas coisas, sendo impossível qualquer organização prévia para

o conhecimento, qualquer método previamente estabelecido ou organização *a priori* da subjetividade. E a reprodução ideal do objeto é possível para Marx porque ela se resolve na esfera ontoprática, e não em condições lógicas, quer subjetivas, quer objetivas.

Conforme se disse no início, em algumas passagens do livro, Chasin apenas indica seu argumento, sem exaurir completamente as possibilidades de cada questão que aborda. Não seria possível – e esta é a característica das obras fundamentais. De todo modo, o livro propõe uma nova perspectiva para as questões essenciais do estudo de Marx. Na apresentação dessa nova edição, de Ester Vaisman e Antônio José Lopes Alves, algumas das repercussões do livro são enumeradas, notadamente a nova formulação da questão das relações entre o “Marx filósofo” e o “Marx cientista”. Com efeito, sempre se fez esta distinção, das formas mais variadas, com as piores ou melhores intenções e, invariavelmente, com os piores resultados. Além disso, a questão da natureza da política em Marx, tema que sempre incomodou detratores de Chasin, num momento em que as promessas da esquerda brasileira ainda iludiam a muitos. De todo modo, Chasin sempre ressaltou que todas essas questões ainda mereceriam mais estudos, com maior profundidade e com base em tantos textos marxianos ainda por ser devidamente estudados. Neste cenário, o *Estatuto* permanece imprescindível por seus próprios termos e pelas possibilidades que indica.

A esses textos se juntam as *Glosas críticas de 1844*, sintomaticamente omitidas em diversas coletâneas e nunca devidamente destacadas. Somente depois de Chasin referi-las no texto em análise e em outros, como em sua crítica da “vontade política” na esquerda brasileira, receberam certa atenção no Brasil. Também, ainda por iniciativa de Chasin, foi publicada pela primeira vez entre nós a *Crítica da filosofia do direito de Hegel*.